



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639187 - CE (2021/0005504-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : WALBER OLIVEIRA DE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : WALBER OLIVEIRA DE CARVALHO - CE022425
ANDERSON DO NASCIMENTO CARNEIRO - CE028435
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCO EDVANDO SILVA SOUZA (PRESO)
CORRÉU : FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FERNANDES
CORRÉU : FRANCISCA JADNA DA SILVA SOARES
CORRÉU : JOSE ROBERTO SILVA BARBOSA
CORRÉU : BRUNO DE CASTRO MENEZES
CORRÉU : MAURICIO MONTEIRO DE SOUSA
CORRÉU : GERALDO TORRES BANDEIRA NETO
CORRÉU : ORLANDO MIRANDA DE ANDRADE JÚNIOR
CORRÉU : JULIO CESAR DA SILVA PESSOA
CORRÉU : ANTONIO ALDEMIR DA SILVA
CORRÉU : ANTONIO JOSE PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : MARCELO EMIDIO DE SOUSA
CORRÉU : ANTONIO DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA
CORRÉU : ALANE KESSIA DE OLIVEIRA
CORRÉU : ANTONIO MACIO DA SILVA
CORRÉU : FRANCISCA CLEONEIDE DA SILVA
CORRÉU : FABIANO JERONIMO PEREIRA
CORRÉU : MARIO GLEISSON SILVA DA COSTA
CORRÉU : JOSE SIDNEI ALVES DA SILVA
CORRÉU : FRANCISCO PATRIK ALENCAR AMARAL
CORRÉU : FRANCISCO JARBAS TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CORRÉU : JOSE FERNANDES DUARTE
CORRÉU : RAQUEL SOARES DA SILVA
CORRÉU : JUNIOR RAMOS DA SILVA
CORRÉU : JOSE MANUEL GOMES LEONARDO
CORRÉU : MARIA IDEVANY ALMEIDA PINTO
CORRÉU : PAULO RICARDO DE OLIVEIRA CAVALCANTE
CORRÉU : THIAGO SOUZA RODRIGUES
CORRÉU : FRANCISCO WAGNER ALEXANDRE DE OLIVEIRA
BEZERRA
CORRÉU : ANTONIO DIEGO DA SILVA DE SOUSA
CORRÉU : BEATRIZ BARBOSA DE MESQUITA

CORRÉU : CLEYTON MELO CRUZ
CORRÉU : JOSÉ LUCIANO EVANGELISTA CASUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCISCO EDVANDO SILVA SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0633999-86.2019.8.06.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, porque participaria do núcleo de organização criminosa voltada à prática dos delitos de tráfico de drogas, roubos, homicídios, e outros crimes graves nos municípios cearenses de Pacajus e Horizonte.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, ainda, que o mandado de prisão é extemporâneo pois refere-se à investigação de fatos ocorridos entre maio de 2015 e julho de 2016.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que baseou a fundamentação na situação concreta dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente